

Tendências e perspectivas das teorias locacionais no Capitalismo Contemporâneo

Rhalf Magalhães Braga

Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense -UFF

INTRODUÇÃO

Há uma urgente necessidade de um escopo de referência para o estudo da localização industrial, o qual está relacionado com a crescente atenção que vem sendo dispensada à pesquisa teórica em geografia (Smith, 1971, p. 2).

Precisamos desesperadamente de novos mapas cognitivos da paisagem econômica, para não falar em novas estratégias políticas de intervenção nessa paisagem (Martin, 1996, p. 56).

A questão das decisões locacionais das indústrias é um tema bastante interessante e que merece maior aprofundamento teórico nas pesquisas realizadas na geografia industrial (Matushima, 2002, p. 5).

As sentenças acima são ilustrativas da relevância dos estudos locacionais e sua discussão e aprofundamento, não só aqui no Brasil, mas também no exterior. Isto é ainda mais válido se considerarmos o capitalismo contemporâneo (pós-1970) e a enorme velocidade de mudança do conteúdo dos lugares.

O enfoque locacional em Geografia compreende não só a distribuição espacial das atividades econômicas (em particular das empresas), mas igualmente as relações internas e externas à produção. Como ressalta Corrêa (1986, p. 62): “Por estudo locacional – muitas vezes denominado de estudo sobre

a organização espacial – entende-se a procura de resposta para a questão central: por que o homem e suas atividades estão localizados do modo como estão?” Ainda segundo este autor, as teorias locacionais surgem com o advento do capitalismo e da necessidade por parte da classe dominante de planejar o uso racional e lucrativo do espaço de modo a alcançar o almejado “equilíbrio”. As interações espaciais das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas promovem a escolha de determinados lugares em detrimento de outros, ressaltando e ampliando as diferenças entre eles (Corrêa, 1997).

As teorias de localização industrial (“teorias burguesas” para Lipietz, 1987) foram marginalizadas com a emergência da corrente radical/marxista da Geografia, estagnando em grande medida os possíveis avanços teóricos. Como afirma Silva (1995, p. 26): “Em função de uma postura crítica aparentemente marxista, os estudos de difusão espacial foram deixados de lado, tendo sido considerados ideológicos e de pouca substância”. Atitude esta que o autor chama de “macarthismo às avessas” (Silva, 1995, p. 48). Este artigo busca uma postura contrária, conforme Ribeiro (1982, p. 420-21): “O importante é procurar entender sua validade [da teoria] e restrições

1 - Segundo Waibel (1955, p. 273), a obra de Thünen está dividida em três volumes. O primeiro traz como subtítulo "Análise da influência que exercem sobre a agricultura o preço dos cereais, a fertilidade do solo e os impostos" e foi publicado em 1826. O segundo volume trata do "salário adequado e sua relação com a taxa de juros e com a renda" e surgiu em 1850 (primeira parte) e em 1863 (segunda parte). Neste último ano também veio a público o terceiro volume, cujo título é "Bases para a determinação do rendimento do solo, da época de circulação mais favorável e do valor das reservas de madeira de diferentes idades no reflorestamento com pinheiros"

2 - Em Corrêa (1986) há uma periodização do enfoque locacional em Geografia. Um primeiro momento (século XVIII a meados de 1870) é marcado pela ausência de tais estudos na Geografia. Nesta etapa os estudos de localização eram feitos por homens de negócios. O período 1870-1920, igualmente de ausência, marca a presença dos estudos locacionais por parte da economia (espacial) e da ecologia humana de Robert Park. Entre 1920-1955 começam a aparecer estudos nesta temática dentro da Geografia, sobretudo a partir da criação em 1925 do periódico *Economic Geography*. O apogeu seria no período 1955-1970 com o advento da Nova Geografia.

em função do momento em que foram elaboradas e, a partir daí, avançar com novas perspectivas teóricas que venham a contribuir no entendimento do tema proposto".

As teorias locacionais atuais perpassam o estudo das corporações, que buscam a hegemonia econômica ao nível mundial. Para Ribeiro (1982, p. 442), o estudo destes setores é o leitmotiv das pesquisas atuais em geografia econômica, em geral, e industrial, em particular:

O que se tem verificado quanto às teorias de localização industrial é uma preocupação com as unidades de produção, deixando de lado as modernas firmas industriais, que apresentam unidades espacialmente separadas mas interdependentes nos seus diferentes setores administrativos, produtivos e de serviços. O importante hoje são as modernas corporações que influenciam em muitas localizações através de diferentes tomadas de decisões. Esta deveria ser a verdadeira preocupação do geógrafo industrial, se ele quer expressar padrões de localização (Ribeiro, 1982, p. 442).

O capitalismo contemporâneo (pós-1970) é chamado por alguns autores de "pós-fordismo" (Benko & Lipietz, 1994) ou "acumulação flexível" (Harvey, 2001) que se caracteriza pelo capitalismo financeiro, pela densidade informacional, fluxos em tempo real, importância dos serviços e confluência de todos estes fatores na lógica espacial das corporações. A solidariedade orgânica do espaço (interdependência entre ações e atores do lugar) se transforma em solidariedade organizacional, ou seja, uma interdependência mecânica, produto de normas e interesses mercantis (Santos & Silveira, 2001).

A seguir empreendemos um resgate, ainda que incompleto, das principais teorias locacionais. Para uma visão global de boa parte delas sugerimos a leitura de Hamilton (1975), Haggett (1975) e Manzagol (1985).

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Para a análise da economia espacial considere-se o trabalho de J. H. von Thünen (1783-1850) ("O Estado Isolado")¹ como pioneiro. Antes dele, poucos foram os estudos locacionais mais sistematizados. Corrêa (1986, p. 63) cita três autores: o banqueiro francês Richard Cantillon, que publicou em 1755 um ensaio sobre a organização espacial baseada nas diferenças de circulação de capital; o engenheiro militar francês e co-editor de uma enciclopédia chamado Jean Reynaud. Entre 1836 e 1841 este autor propôs um sistema hierárquico de centros com três ou quatro níveis, cujas áreas de influência se constituiriam em forma de hexágonos. Três princípios eram fundamentais: sociabilidade (formação de aldeias agrícolas em função dos custos de transporte), fator econômico (a população agrícola se dispersa espacialmente e o comércio e serviços tendem a se unir de forma coesa) e administração (ajuste do conjunto). O terceiro autor mencionado é Leon Lalanne e seus estudos de organização espacial em decorrência da expansão ferroviária².

J. H. von Thünen utilizou sua experiência como economista e proprietário agrícola no Norte da Alemanha e concebeu um modelo de padrões de uso da terra na forma de círculos concêntricos a um mercado central. O objetivo de seus estudos era a harmonização e remuneração justa para a subsistência dos produtores (Waibel, 1955; Mesquita, 1978; Barnes, 2003). Estabeleceu um "estado isolado" uniforme com os seguintes pressupostos: a) sistema primitivo de transporte terrestre em linha reta para o mercado central; b) os custos de transporte são proporcionais à distância, ou seja, quanto mais longe do centro, mais elevados; c) todos os agricultores do estado isolado possuem o mesmo nível técnico e pensam racionalmente, visando à maximização dos lucros; d) ausência de comunicação com o mundo exterior; e) fatores físicos constantes: área finita, terra plana e arável, fertilidade uniforme (Mesquita, 1978).

O estado isolado de Thünen possuía seis círculos ou anéis agrários em torno da cidade (Waibel, 1955, p. 274): o primeiro, mais interno, estava voltado para produtos que não suportavam um transporte demorado, como verduras, flores e leite; no segundo anel temos a silvicultura, pois o transporte de lenha em carros era difícil e caro; no terceiro círculo havia o cultivo de cereais e forragens na modalidade rotação de culturas utilizando o arado; o quarto anel, muito largo, era utilizado para agricultura e pastagem por rotação de culturas; no quinto surge o sistema de três campos com o alqueive; no sexto, igualmente muito largo, temos criação extensiva; e fora destas zonas eram encontrados caçadores espalhados pela floresta.

Von Thünen retoma a teoria da renda da terra de David Ricardo, que varia de acordo com a distância do mercado e a fertilidade dos solos (teoria dos cultivos). Desenvolve em associação a teoria da intensidade, onde os sistemas agrícolas decrescem em intensidade com o aumento da distância. Estava aberto o caminho para o desenvolvimento da escola neoclássica marginalista e a ciência regional de Walter Isard (Barnes, 2003). Destacamos cinco vertentes principais no que concerne às teorias locacionais: neoclássica, comportamental, sistêmica, marxista e as contribuições atuais, das quais selecionamos alguns autores.

A ESCOLA NEOCLÁSSICA

Dentro da vertente neoclássica, há os que buscam determinar as normas de localização de uma empresa (Alfred Weber) e os que buscam leis para o equilíbrio espacial (August Lösch). A escola neoclássica tem como características principais: a) encontrar a melhor localização para a instalação de uma empresa; b) minimizar os custos totais; c) o fator determinante é o custo de transporte, buscando-se aquelas localizações onde este seja menor. Nesta corrente a contribuição dos economistas é decisiva.

Alfred Weber (1869-1958) procura explicar a localização ótima da indústria e adota

os seguintes pressupostos: a) um país único com clima e técnica homogênea; b) concorrência perfeita; c) os lugares e o tipo de abastecimento de matérias-primas e mercado são conhecidos; d) uma única empresa que produz um só produto; e) os custos de transporte variam em função do peso e da distância ao mercado; f) imobilidade do fator trabalho e oferta ilimitada (Ribeiro, 1982). Calçado em seus precursores (Roscher, Schäffle e Launhardt) constrói um triângulo locacional com vértices na distribuição das fontes de matéria-prima, posição das vias de acesso e os mercados (Costa, 2002, p. 2-3). Assim, a idéia central é encontrar o ponto de equilíbrio, ou seja, buscar o menor custo de produção, considerando três etapas: 1) determinação do custo mínimo de transporte; 2) considerar os impactos dos custos do trabalho e 3) as forças de aglomeração (Manzagol, 1985).

August Lösch (1906-1945) critica as posições de Weber (demanda constante e ponto de custo mínimo) e centra a sua análise na disputa por mercados. A empresa terá mais lucros se diversificar seus produtos e conseguir manter exclusividade de mercados (Costa, 2002, p. 4). Lösch chega a comentar sobre a formação de regiões econômicas polarizadas por uma cidade central, unificando, assim, as teorias locacionais anteriores (Barnes, 2003). Lösch concebe uma planície em áreas hexagonais de mercado cujo tamanho varia em função dos custos de transporte e onde as empresas procuram explorar adequadamente o cone de demanda.

Outro autor relevante da escola neoclássica é, entre outros, Walter Isard. Foi criador da ciência regional, representa uma “síntese weberiana” e desenvolveu as equações gerais de Lösch. A sua teoria é integradora, não analisa isoladamente cada fator locacional (Costa, 2002, p. 5). O objetivo é buscar o ponto ótimo, ou seja, o custo mínimo e o lucro máximo (“minimax”).

No debate neoclássico se insere também o economista britânico Alfred Marshall, autor da formulação dos distritos industriais (conhecidos como distritos marshallianos).

Para Marshall, a concentração de atividades econômicas e industriais ocorre em função de fatores naturais, como a proximidade a fontes de matéria-prima e energia, mas igualmente importante é a disponibilidade de mão-de-obra qualificada e a existência de um ambiente político e econômico favorável. A formação dos distritos está ligada à fabricação do mesmo produto e o contexto de cooperação e complementação entre as empresas, o que permite a inserção de indústrias menores (Matushima, 2002, p. 4).

Becattini (1994, p. 20) define o distrito industrial como uma “entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico”. Há, nas palavras do autor, uma “osmose perfeita entre comunidade local e as empresas”. O distrito marshalliano é marcado pela auto-suficiência e a divisão do trabalho cada vez mais acentuada, produção dos excedentes voltada para o mercado externo, formação de uma rede de relações privilegiadas entre distrito, fornecedores e clientes, presença de trabalhadores ao domicílio e a tempo parcial, entre outros fatores.

AESCOLADO COMPORTAMENTO

A escola do comportamento surge nos anos 1960 como crítica à vertente econômica neoclássica e ressalta a noção de comportamento satisfatório. Não se busca mais a melhor localização, mas aquela adequada aos objetivos da empresa. Assim, esta escola tem como idéias centrais: a) busca de margens espaciais rentáveis; b) análise da concorrência e as decisões de longo e curto prazo para a escolha da localização industrial; c) as empresas buscam a maximização do crescimento e com isso ocorrem interdependências entre elas (Matushima, 2002, p. 2).

A teoria da difusão de inovações faz parte desta perspectiva e tem o geógrafo norte-americano Carl Sauer como pioneiro. Sauer estudou a configuração espacial de áreas culturais e a

dispersão da agricultura em trabalho clássico de 1925 intitulado “Origem e dispersão agrícola” (Silva, 1995; Santos, 2003). Seguindo esta tradição, o geógrafo sueco Torsten Hagerstrand publicou em 1953 um trabalho chamado “Difusão de inovações como processo espacial” que trata da difusão de informações em função do comportamento humano. Hagerstrand, através de regularidades empíricas, buscava entender como a informação era difundida, considerando redes de comunicação social em várias escalas e de forma hierárquica. Utilizando a simulação Monte Carlo, Hagerstrand desenvolve três modelos: 1) adoção e sucessão pelo tempo; 2) difusão por hierarquia; 3) difusão por contágio (Silva, 1995).

Outros autores adotaram e desenvolveram esta teoria, como Lawrence A. Brown (perspectiva de sistema geral), Allan Pred (“matriz comportamental” das empresas baseada no acesso à informação), Lackshman E. Yapa (considerando o contexto dos países subdesenvolvidos). Para este último, ver Figueiredo (1978). Silva (1995) resgatou a teoria sob um enfoque marxista. Mascarenhas (2001) utilizou a teoria da difusão espacial de inovações para o estudo geográfico do futebol.

Santos (2003) criticou duramente a teoria da difusão espacial de inovações, destacando o seu caráter abstrato, matemático, reduzindo o processo à forma e desconsiderando as relações de poder entre os agentes. Seria apenas uma “estratégia de vendas” das grandes empresas. Para Milton, esta teoria se insere em um contexto de planejamento urbano do pós-guerra, voltado para a difusão do capital, disseminação da ideologia do crescimento, da sociedade de consumo, das noções de eficiência e racionalidade (os chamados “grandes projetos”). Assim, a Economia esqueceu do homem e do espaço ao criar o homo economicus e a Ciência Regional serviu para disseminar o capital em vários espaços nacionais.

A ESCOLA SISTÊMICA

A “escola sistêmica” correspondeu ao apogeu do enfoque locacional na Geografia (1955-

1970) (Corrêa, 1986). Identifica-se com a escola locacional (localização dos fenômenos sobre a superfície da Terra) segundo Haggett (1976). O contexto era da emergência de teorias como a dos pólos de crescimento de François Perroux, centro-periferia de John Friedmann, do desenvolvimento do subdesenvolvimento de Gunder Frank, das etapas do desenvolvimento econômico de Rostow, teoria da dependência, da Ciência Regional de Walter Isard. Período também da afirmação da “Nova Geografia” sob a orientação teórica inicial de Fred Schaefer e William Bunge, que criticavam os poucos resultados do empirismo da Geografia Tradicional e postulavam uma atitude positiva, matemática e “científica” para a Geografia. James (1970, p. 7) afirma que a Geografia é a análise de sistemas espaciais. Pred (1970) tem uma abordagem rica ao tratar do sistema urbano e industrialização dos Estados Unidos de 1800 a 1914. O autor relaciona urbanização e industrialização e busca uma “teoria de localização geográfica” com base no processo de causalidade circular e acumulativa de Gunnar Myrdal.

A teoria geral dos sistemas, base da tendência locacional em tela, provém da Biologia, elaborada nos anos 1930 por Ludwig von Bertalanffy. Um sistema é um conjunto que estabelece trocas com o entorno que lhe conferem certa autonomia e coerência, apesar de sofrer transformações (Manzagol, 1985, p. 168). Na definição de Haggett (1976, p. 27): “[Sistemas] são seções arbitrariamente capturadas do mundo real que apresentam algumas conexões funcionais comuns”. Borchert (1970) comenta o uso da teoria dos sistemas na Geografia e destaca sua relevância.

Mencionamos a seguir duas teorias desta “escola sistêmica” aplicada à Geografia: a teoria dos lugares centrais de Walter Christaller, de importância inegável ainda hoje e a teoria dos dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos de Milton Santos, mais adequada à realidade de países como o Brasil.

O geógrafo alemão Walter Christaller, influenciado por von Thünen, elaborou a teoria dos lugares centrais em 1933 para o su-

deste da Alemanha. Sua teoria foi difundida nos anos 1960 nos Estados Unidos e a partir daí por vários países, inclusive o Brasil. Segundo Christaller, as localidades apresentam determinadas funções centrais que atraem os consumidores do entorno, dependendo do custo de deslocamento (Moraes et al., 2004, p. 2). As localidades centrais controlam determinadas hinterlândias ou regiões complementares, com alcance espacial máximo e alcance espacial mínimo. Cada produto tem um alcance espacial específico. No primeiro caso, tem-se um raio a partir da localidade central até onde os consumidores se deslocam para obter determinados bens e serviços. No segundo caso, tem-se a área mínima para que determinada função central possa se instalar lucrativamente (Corrêa, 1989).

Para Santos (2003), a teoria dos lugares centrais seria válida ainda hoje para justificar a existência de grandes concentrações. Milton Santos lamenta que tenham esquecido da preocupação de Christaller sobre as estruturas sociais. Além disso, segundo o autor, seria interessante analisar o hexágono de Christaller em relação à comercialização e relativizar o conceito de limiar, considerando a classe média e os dois subsistemas do sistema urbano.

A teoria dos dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos de Milton Santos (1979; 2005) foi um enriquecimento da teoria dos lugares centrais. Santos afirma que há nos referidos países duas realidades articuladas: a) o circuito superior, de produtos modernos, controlados por grandes monopólios internacionais e de circulação nacional e internacional (negócios bancários, comércio de exportação, indústrias, comércio e serviços modernos). Este segmento possui elevado nível tecnológico, recursos para investimento, poucos e qualificados trabalhadores (até estrangeiros), estratégias de venda e propaganda, apoio governamental e articulação interna; b) o circuito inferior, das camadas de menor poder aquisitivo, de produtos mais simples, cuja circulação é local/regional. Nesta parte do circuito há contatos face a face entre vendedor e consumidor, reutilização de bens duráveis, empregos numerosos, pouco qua-

lificados e nativos, escassos recursos para investir (na verdade luta para sobreviver no mercado), porém elevado potencial criativo.

Além dos autores citados, Barnes (2003) identifica na ciência espacial norte-americana duas escolas: a Universidade de Iowa e a Universidade de Washington (Seattle), todas inseridas na revolução teórico-quantitativa e com base na escola alemã de localização, sobretudo Lösch. Como representantes da primeira estão Fred Shaeffer e Harold McCarty. Este grupo realizava estudos sobre a obtenção de lucros e a concentração de atividades em regiões econômicas utilizando teorias da Economia (análise de regressão e correlação) e o método empírico da Geografia. A escola de Seattle tem como patrono William Garrison e seus expoentes são Brian Berry, Michael Dacey, Duane Marble, Richard Morrill, John Nystuen e Edward Taaffe. Este grupo utilizava recursos da Estatística e Matemática (equações, *graphos*), da Física (gravidade e modelos de entropia), da Sociologia e Economia (modelos de uso da terra urbana, física social e ecologia urbana fatorial) e da Geometria (redes, teoria dos *graphos* e análise de formas topológicas).

A ESCOLA MARXISTA E/OU ESTRUTURALISTA

No contexto de renovação crítica se destaca nos anos 1970 a escola estruturalista de localização industrial, de ênfase marxista, que alarga o campo de análise ao incorporar questões sociais e políticas. As principais características são: a) o estudo da localização industrial deveria balizar políticas de desenvolvimento econômico; b) os fatores econômicos são primordiais nas análises espaciais; c) não desenvolveu modelos abstratos de empresas individuais; d) caráter não apenas descritivo, mas também leva em conta as respostas das empresas ao problema da localização; e) introdução da variável histórica (Matushima, 2002, p. 2). Deste modo, postula-se que o espaço geográfico não é neutro, é condição e produto material da lógica do capital (Lipietz, 1987).

Destaca-se nesta vertente a Escola da Regulação Francesa (entre seus expoentes estão Alain Lipietz, Ph. Aydalot, M. Aglietta, R. Boyer, Georges Benko) que trata da nova divisão inter-regional do trabalho e o papel do Estado local e suas especificidades (Benko & Lipietz, 1994a). Estes autores defendem que o capitalismo é por natureza contraditório e a exploração do trabalhador, as crises de superprodução e a queda dos lucros são inerentes ao sistema. A partir dos anos 1970 tem-se a crise do regime fordista e do seu modo de regulação calcado na intervenção maciça do Estado keynesiano na economia (Busato & Pinto, 2005). A revolução técnico-científica, a informática e a microeletrônica, a globalização dos mercados financeiros e modos de produzir mais “flexíveis” articulam os lugares em uma complexa rede pós-fordista que coloca em xeque as velhas “ortodoxias” dos anos 1960/1970 (Benko & Lipietz, 1994a). Lipietz (1988) analisou especificamente a industrialização dos países subdesenvolvidos (o chamado “fordismo periférico”).

No campo da Sociologia Urbana destaca-se Manuel Castells. Em Castells (1978) ocorre a união dos enfoques estruturalista/marxista e sistêmico. Há uma relação entre tipos de empresas e os tipos de espaços relacionados. As firmas são classificadas quanto à atividade técnica, segundo seu laço econômico com o espaço ou conforme sua potência econômica (capacidade financeira).

Quanto à atividade técnica as empresas são divididas em:

- a) execução de um produto;
- b) intermediário, sem inovação, mas automatizada em relação à produção;
- c) investigação e inovação como princípio da atividade técnica.

Quanto ao laço econômico com o espaço as empresas são divididas em:

- 1) empresas dependentes do espaço do ponto de vista da clientela;
- 2) empresas dependentes do espaço quanto às condições de produção;

3) empresas “livres” no interior de certo espaço, cuja localização não afeta seu funcionamento.

Quanto à potência econômica as empresas podem ser grandes, médias ou pequenas.

Os espaços de implantação industrial podem ser:

- 1) espaço denso do meio urbano (com relação à população e atividade);
- 2) espaço com facilidades funcionais (boa comunicação);
- 3) espaço de valorização social/simbólica.

Uma crítica que pode ser feita à teoria estruturalista é a sua visão do papel das empresas no processo de difusão industrial. Nas palavras de Matushima (2002, p. 3):

Contudo, a teoria estruturalista ainda parece não ter conseguido explicar as funções exercidas pelas empresas de capital endógeno, de atuação local, no processo de desenvolvimento, já que muitas dessas empresas não seguem uma das principais linhas de análise estruturalista, e não se transferem de local em busca de maiores taxas de benefícios (Matushima, 2002, p. 3).

Santos (2003) estabelece uma abordagem marxista envolvendo espaço e dominação. Em todo o mundo o homem está sujeito à imposição de uma tecnologia imposta de fora. Os espaços agrícolas cada vez mais se especializam e se subordinam à indústria criando regiões e homens-produtores alienados. As formas geográficas auxiliam na expansão do capitalismo criando o que o autor chama de “totalidade do diabo”, onde os grandes projetos governamentais servem aos interesses do capital privado. A solução estaria na produção voltada para o consumo da população e a distribuição/desconcentração do excedente. Ao nível teórico a proposta é considerar o conceito de totalidade para interpretar todos os objetos e forças que atuam sobre eles e categorias analíticas externas (tempo e escala) e internas (estrutura, função e forma), todas perpassadas pela categoria processo, ou seja, a estrutura espacializada. É nessa perspectiva que o autor propõe o conceito de lugar como combinação particular de modos de produ-

ção concretos, por uma forma dialética entre forças produtivas e relações de produção.

AS TENDÊNCIAS MAIS RECENTES

As teorias mais recentes de localização industrial têm dois fundamentos básicos: 1) inegável papel da informação em todos os setores; 2) ênfase no poder econômico em escalas locais e regionais.

Alvin Toffler, escritor e futurista americano, editor da revista Fortune, escreveu vários artigos e livros sobre a revolução tecnológica, digital, corporativa e informacional e seus impactos na sociedade. Criou em 1996 uma associação para difusão de seus trabalhos, cuja influência atingiu diversos estadistas.

Toffler (1983) defende que o momento atual é de reestruturação tecno-econômica da sociedade. A economia mundial passou por três “ondas” em sua história: a primeira onda ocorreu há 10.000 anos com a agricultura nômade e a posterior fixação em aldeias; a segunda onda ocorreu há 300 anos com a Revolução Industrial, o advento da fábrica, de máquinas e o consumo de massa; a terceira onda está calcada no conhecimento, no colapso da velha economia industrial e de massa. As ondas podem conviver em conjunto e o autor cita o exemplo do Brasil. A informação substitui os fatores de produção clássicos (terra, trabalho e capital). A produção de mercadorias pelas empresas multinacionais tende a se regionalizar ou ter um caráter mais local e/ou setorial.

No campo da Administração, pelo menos três autores são muito debatidos: Peter F. Drucker, Kenichi Ohmae e Michael E. Porter. Peter Ferdinand Drucker (1909-2005) é filósofo e administrador austríaco, presidente de uma associação que leva seu nome e foi professor de Ciências Sociais da Claremont Graduate University, na Califórnia.

Drucker (1993) sustenta que desde 1945 vivemos uma Revolução Gerencial baseada no conhecimento, que supera o capitalismo. O conhecimento é informação eficaz em

Tendências e perspectivas das teorias locais no capitalismo contemporâneo

ação focalizada em resultados. Hoje o conhecimento é aplicado de forma a promover uma inovação sistemática. As sociedades pós-capitalistas plenas estão no mundo desenvolvido, onde há um pluralismo de organizações, onde a Nação-Estado não é mais importante e sim os fundos de pensão, os gerentes e a produção descentralizada e regionalizada (“capitalismo sem capitalistas”). A mão-de-obra desaparece como fator de produção. As corporações passaram das gerências “nos melhores interesses equilibrados dos interessados” para “maximizar o valor do acionista”. Neste contexto o foco está na produtividade e o trabalhador é responsável por ela: “é preciso exigir que os trabalhadores assumam a responsabilidade pela sua própria produtividade e que eles exerçam controle sobre ela” (Drucker, 1993, p. 62).

Kenichi Ohmae é engenheiro nuclear e consultor em administração da Ohmae & Associates em Tóquio. Trabalhou na Hitachi e foi por 23 anos sócio da firma de consultoria McKinsey & Company, especializada em estratégias internacionais para governos e grandes corporações. No seu livro “O fim do Estado-Nação” sustenta que “onde há a prosperidade, sua base é regional” (Ohmae, 1999, p. 95). Esta base regional consiste nos “Estados-Regiões”, verdadeiros “portões de entrada” dos Estados-Nações, espaços altamente conectados com a economia global. O sucesso destes estados está nos quatro “i”s (investimento, indústria, informação e indivíduos). O Estado-Região ideal possui entre 5 e 20 milhões de pessoas, ao menos um aeroporto internacional, um porto de classe internacional e uma densa economia de serviços e de propaganda para estimular o consumo personalizado. Estas concentrações regionais permitem o incremento crescente de inovações e o bem-estar da população ao consumir produtos de qualidade e mais baratos. A visão de Michael E. Porter, professor de gestão empresarial na Harvard Business School, está calcada na busca de competitividade das empresas. Para Porter (1999, p. 8), “a estrutura e a evolução dos setores e as maneiras como as empresas conquistam e sustentam a vantagem competitiva nas respectivas áreas

de atuação é o cerne da competição”. Com relação às localizações mais competitivas, Porter propõe o esquema de um “diamante” da vantagem nacional (Porter, 1999, p. 178), cujos vértices são: 1) condições de fatores: posição do país em relação à mão-de-obra qualificada e infra-estrutura; 2) condições da demanda: mercado interno relativo ao setor; 3) setores correlatos e de apoio: estado dos fornecedores deve ser competitivo internacionalmente; 4) estratégia, estrutura e rivalidade das empresas: natureza da rivalidade das empresas no mercado interno, constituição, organização e gerência destas empresas. O fator mais importante de todos estes é a rivalidade doméstica, pois estimula os demais (Porter, 1999, p. 192). O foco da competitividade está na manutenção da produtividade, não importa onde as empresas estejam localizadas. As empresas competitivas investem sobretudo em tecnologia e otimização da produção.

Na Sociologia uma obra de referência é o livro *A sociedade em rede* de Manuel Castells. Nele o autor trata do modo de produção capitalista e do informacionalismo como modo de desenvolvimento. Desde o fim dos anos 1990 estaria em voga uma “nova economia” baseada na tecnologia da informação, nas finanças e na biotecnologia, todas tendo como pólo propulsor os Estados Unidos. Outros alicerces importantes seriam a produtividade, a concorrência econômica, a expansão dos mercados e novas fontes de capital e mão-de-obra especializada. Nas palavras do autor a nova economia

É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais (Castells, 2003, p. 119) (grifos no original).

Castells sustenta a hipótese de que na sociedade organizada em rede o espaço organiza o tempo (p. 467). O autor concebe o espaço como “expressão da sociedade”, “tempo cristalizado”, “suporte material e simbólico de práticas sociais de tempo compartilhado”, ressaltando que não é apenas contigüidade. (p. 467-521). Os fluxos definiriam as formas e os processos espaciais, criando o que chama de “espaço de fluxos”, dividido em três camadas: 1) composta por um circuito de impulsos eletrônicos (microeletrônica, telecomunicações, processamento computacional, sistemas de transmissão e transporte em alta velocidade e as tecnologias de informação; 2) os nós ou centros com importantes funções estratégicas e os centros de comunicação; 3) organização espacial das elites gerenciais dominantes que exercem as funções de direção. O espaço de fluxos necessita de um suporte material, este sim fornecido pelo “espaço de lugares”, afinal, como afirma Castells (2003, p. 517), “as pessoas ainda vivem em lugares”.

Na Geografia, um grupo de geógrafos da Universidade da Califórnia faz parte deste enfoque informacional e regional. São eles: Michael Storper, Allen J. Scott, John Agnew e Edward W. Soja. Scott et al (1999, p. 11) discutem o que chamam de “cidades-regiões globais”, “nós” espaciais essenciais na economia mundial. As cidades-regiões globais criam um ambiente de eficiência do sistema econômico e intensificam a criatividade, aprendizagem e a inovação.

Storper (1999) afirma que no atual “capitalismo de aprendizagem” (pós-1970) há três componentes da “santíssima trindade” da economia regional: a tecnologia, as organizações e os territórios. A tecnologia é marcada pela diversificação e flexibilidade, processos não-hierárquicos e trabalhos em rede. As organizações são as empresas e os sistemas de produção não verticais. Os territórios são os complexos, as economias externas de escala, as vantagens relacionais regionalmente específicas. Os territórios e as regiões são os espaços de ação pragmática básicos do capitalismo (Storper, 1999, p. 57).

Benko & Lipietz (1994a), da Escola da Regulação francesa, propõem que hodiernamente há uma nova relação capital-trabalho em curso com a crise do taylorismo do pós-guerra e a importância crescente dos sistemas locais na qualificação profissional. Conforma-se também uma nova organização industrial calcada nas relações entre empresas agindo em redes especializadas nas formas subcontratação e parceria. A rede seria uma forma de organização interempresas cuja governança foi definida para além do mercado, pois amplia as potencialidades espaciais dos novos “objetos” tomados em consideração (Benko & Lipietz, 1994b, p. 249-250). A nova forma que surge destas interações são os “distritos de redes” nas metrópoles centrais do mundo, ou seja, são as regiões ganhadoras. Nos países subdesenvolvidos ou perdedores as “megalópoles” são as formas espaciais das regiões ganhadoras.

Ainda nesta perspectiva, Veltz (1994) caracteriza o período atual de flexibilidade “dinâmica” onde cresce a procura de estruturas e de formas de gestão mais transversais, mais horizontais, suscetíveis de ter melhor em conta parâmetros como os prazos, a qualidade ou a inovação. Para isso têm papel central a logística e a informática. Formam-se “empresas-sistema” ou “empresas-rede” ou ainda “redes de empresas” (Veltz, 1994, p. 195). O território-zona, clássico, contíguo, dá lugar ao território-rede, pulverizado, atomizado e ao mesmo tempo conectado.

Para uma abordagem geográfica mais crítica das teorias locacionais citamos Harvey (2001) e Santos (1999). A tese de Harvey da condição pós-moderna possui os seguintes elementos principais: a) há uma mudança radical nas práticas culturais e político-econômicas desde 1972; b) novas maneiras de experimentar o tempo e o espaço; c) ascensão de formas culturais pós-modernas; d) modos mais flexíveis na acumulação do capital; e) novo ciclo de compressão tempo-espaço na organização do capitalismo; f) as mudanças são superficiais, não a ponto de falarmos em “pós-capitalismo” ou “pós-industrial”.

No que tange às teorias locacionais, Harvey (2001) se apóia em Lefebvre e as considera como estratégias (velhas e novas) do capital corporativo para aumentar seus lucros em um tempo de crise: “As diferenciações geográficas nas modalidades e condições de controle do trabalho, ao lado de variações na qualidade e quantidade da força de trabalho, assumem importância muito maior nas estratégias locacionais corporativas” (Harvey, 2001, p. 265). Assim, as grandes corporações disputam as vantagens de uma localidade baseadas na racionalidade: “A competição intercapitalista e a fluidez do capital-dinheiro com relação ao espaço também forçam racionalizações geográficas em termos de localização como parte da dinâmica da acumulação” (Harvey, 2001, p. 214).

Santos (1999) também ressalta a racionalidade presente no espaço através dos objetos técnicos. O espaço geográfico seria um híbrido entre sistemas de objetos (conjunto de forças produtivas) e sistemas de ação (relações sociais de produção). Em outra definição do autor, o espaço une as formas mais a vida que as anima. Há complementaridade entre divisão social do trabalho (repartição no mundo ou no lugar do trabalho vivo) e divisão territorial do trabalho (distribuição e localização dos diversos elementos). O atual sistema técnico possui como elementos: a) universalidade e auto-expansão; b) vida sistêmica; c) concretude; d) conteúdo em informação; e) intencionalidade (Santos, 1999, p. 171).

Assim, os lugares são cada vez mais atravessados por verticalidades, ou seja, influências externas que os alienam. As horizontalidades ou nexos locais são rompidos pela lógica do capital. O imperativo da fluidez opõe mercado e sociedade civil. Os atuais espaços da globalização são unificados pelas redes financeiras de forma única na história. O Estado é chamado na medida em que são necessárias normas para garantir a corporatização do território.

Na Economia, o norte-americano Paul Krugman estabelece um debate com a Geografia ao retomar as teorias locacionais, um tanto esquecidas por esta disciplina: “Assim, o novo

interesse pela geografia deve-se à quarta (ou final?) onda e revolução de retornos crescentes/competição imperfeita que veio de encontro à economia há duas décadas” (Krugman, 1998, p. 7). O papel da Geografia também seria, segundo o autor, importante para as políticas de desenvolvimento: “Felizmente, podemos afirmar com segurança: considerando a geografia como fator crucial para o desenvolvimento e que existem sem dúvida fortes implicações políticas, é um tema importante para pesquisa posterior” (Krugman, 1998, p. 28).

Para Krugman (1998), a “Nova Geografia Econômica” deve resgatar os modelos clássicos da economia espacial (Weber, Lösch, Christaller, Von Thünen), os modelos de “potencial de mercado” de Harris e as matrizes de decisão empresarial de Pred. Para isso, Krugman (ao lado de Masahisa Fujita e Anthony Venables) elabora um modelo com quatro pilares: 1) o modelo de competição monopolística de Dixit-Stiglitz, que respeita a integridade natural de muitas decisões locacionais; 2) a teoria dos icebergs das trocas internacionais de Paul Samuelson, que preserva a elasticidade da demanda ao unir o modelo de estrutura de mercado de Dixit-Stiglitz e os custos de transporte embutidos; 3) evolução: os fatores de produção se movem gradualmente entre as localizações que oferecem maiores retornos reais; uso da teoria dos jogos; 4) computador: utilizado para cálculos e simulações dinâmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concordamos com Barnes (2003), ao afirmar que a Geografia Econômica esqueceu cinco teorias: a teoria dos lugares centrais, a regra de Zipf (rank-size), a causação cumulativa, as economias externas locais e os modelos de renda da terra. É inegável que o enfoque locacional em geografia perdeu seu fôlego, ao contrário de outras áreas, como a Economia e a Administração. Esperamos que este artigo contribua de alguma forma para uma retomada mais sistemática das teorias locacionais, pois o espaço geográfico é organi-

zado de diferentes formas e por diferentes atores, em especial as grandes corporações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARNES, Trevor J. The place of locational analysis: a selective and interpretive history. *Progress in Human Geography*, 27 (1), p. 69-95, 2003.

BECATTINI, Giacomo. O distrito marshalliano: uma noção socioeconômica. In: BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain (Orgs.). *As regiões ganhadoras: distritos e redes. Os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Portugal: Celta, 1994. 275p.

BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain. O novo debate regional: posições em confronto. In: *As regiões ganhadoras: distritos e redes. Os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Portugal: Celta, 1994a. 275p.

_____. Das redes de distritos aos distritos de redes. In: *As regiões ganhadoras: distritos e redes. Os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Portugal: Celta, 1994b. 275p.

BORCHERT, John R. A Geografia e a Teoria dos Sistemas. In: JAMES, P. E. et al. *Geografia Humana nos Estados Unidos*. Tradução de Luiz Cláudio de Castro e Costa. Rio de Janeiro: Forum, 1970. p. 267-275.

BUSATO, Maria Isabel & PINTO, Eduardo Costa. A nova geografia econômica: uma perspectiva regulacionista. I Encontro de Economia Baiana, Salvador, setembro de 2005.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 7 ed. Tradução de Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 698p.

_____. *Problemas de investigación en sociología urbana*. 7 ed. Mexico: Siglo XXI, 1978.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA,

R. L. & GOMES, P.C.C. (Orgs.) *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 367p. p. 279-318.

_____. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *O enfoque locacional na Geografia*. São Paulo: Terra Livre, 1(1), p. 62-66, 1986.

COSTA, Jorge Luís Rodrigues da. *As teorias da lógica locacional: do fordismo ao pós-fordismo*. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa, UFPB, 2002. CD-ROM.

DRUCKER, Peter F. *Sociedade pós-capitalista*. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira, 1993. 186p.

FIGUEIREDO, Adma Hamam de. *Difusão de inovação e involução econômica: a contribuição de Lakshman S. Yapa ao estudo de difusão de inovação*. *Revista Brasileira de Geografia*, 40 (1), p. 162-166, 1978.

HAGGETT, Peter. *Análisis Locacional en la Geografía Humana*. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.

HAMILTON, F. E. Ian. *Modelos de localização industrial*. In: CHORLEY, Richard J. & HAGGETT, Peter. *Modelos sócio-econômicos em Geografia*. Tradução de Arnaldo Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/São Paulo: EdUSP, 1975. 284p. p. 178-236.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2001. 349p.

JAMES, Preston E. *Continuidade e mudança do pensamento geográfico americano*. In: JAMES, P.E. et al. *Geografia Humana nos Estados Unidos*. Tradução de Luiz Cláudio de Castro e Costa. Rio de Janeiro: Forum, 1970. p. 4-15.

KRUGMAN, Paul R.; FUJITA, Masahisa & VENABLES, Anthony. *The spatial economy: cities, regions and international trade*. Introduction. Disponível na internet: <http://web.mit.edu/krugman>. Acesso em 20/05/2007.

_____. *The role of Geography in development*. Paper prepared for the Annual World

Tendências e perspectivas das teorias locacionais no capitalismo contemporâneo

- Bank Conference on Development Economics. Washington D.C., April 20-21, 1998. Disponível na internet: <http://web.mit.edu/krugman>. Acesso em 20/05/2007.
- LIPIETZ, Alain. Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.
- _____. O capital e seu espaço. São Paulo: Nobel, 1987.
- MANZAGOL, Claude. Lógica do espaço industrial. Tradução de Silvia Selingardi Sampaio. São Paulo: Difel, 1985. 230p.
- MARTIN, Ron. Teoria econômica e geografia humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs.). Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social. Tradução de Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. 310p. p. 31-64.
- MASCARENHAS, Gilmar. Considerações teórico-metodológicas sobre a difusão espacial do futebol. GEOUERJ, nº 10, p. 73-82, 2º semestre de 2001.
- MATUSHIMA, Marcos Kazuo. Teorias de localização industrial e distritos industriais: uma breve discussão. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa, UFPB, 2002. CD-ROM.
- MESQUITA, Olindina Vianna. O modelo de Von Thünen: uma discussão. Revista Brasileira de Geografia, 40 (2), p. 60-130, abril/junho, 1978.
- MORAES, Dimas; SCOPEL, Iraci & SOUSA, Marluce Silva. Economia Espacial: perspectiva para uma análise metodológica na Geografia. Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia, UFG, 18 a 23 de julho de 2004. CD-ROM.
- OHMAE, Kenichi. O fim do Estado-Nação. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Publifolha, 1999. 214p.
- PORTER, Michael E. Competição: estratégias competitivas essenciais. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 515p.
- PRED, Allan R. Industrialização e urbanização como processos espaciais interagentes: exemplos da experiência americana. In: JAMES, P. E. et al. Geografia Humana nos Estados Unidos. Tradução de Luiz Cláudio de Castro e Costa. Rio de Janeiro: Forum, 1970. p. 27-37.
- RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. Principais linhas de abordagem e estudos empíricos a nível intra-urbano: uma resenha em torno da localização industrial. Revista Brasileira de Geografia, 44 (3), p. 415-444, jul./set., 1982.
- SANTOS, Milton. Os dois circuitos da economia urbana e suas implicações espaciais. In: Da totalidade ao lugar. São Paulo: EdUSP, 2005. p. 93-116.
- _____. Economia espacial: críticas e alternativas. 2 ed. São Paulo: EdUSP, 2003.
- _____ & SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308p.
- _____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SCOTT, Allen J.; AGNEW, John; SOJA, Edward W. & STORPER, Michael. Cidades-Regiões Globais. Tradução de Daniel Julien Van Wilderode. Texto de palestra proferida na Conferência Internacional "Global City-Regions. Trends and Prospects Policies for Wealth and Well-Being", outubro de 1999, School of Public and Social Research, University of Califórnia, Los Angeles (EUA). p. 11-25.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. Os avatares da teoria da difusão espacial: uma revisão teórica. Revista Brasileira de Geografia, 57 (1), p. 25-51, jan./mar., 1995.
- SMITH, David. M. Industrial Location: an economic geographical analysis. New York/Toronto: John Wiley & Sons, 1971.
- STORPER, Michael. Las economías regionales como activos relacionales. In: Cadernos IPPUR, Rio de Ja-

neiro, ano XIII, nº 2, p. 29-68, 1999.

TOFFLER, Alvin. Previsões e Premissas. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Record, 1983. 243p.

VELTZ, Pierre. Hierarquias e redes na organização da produção e do território. In: BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain (Orgs.). As regiões ganhadoras: distritos e redes. Os novos paradigmas da Geografia Econômica. Portugal: Celta, 1994. 275p.

WAIBEL, Leo. A lei de Thünen e a sua significação para a Geografia Agrária. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v. 126, p. 273-294, mai/jun, 1955.

and Economy. Note that the tendencies start with generalized thinking, go to social problems and then consider regional and informational capitalism.

Keywords: Locational Theory; Contemporary Capitalism; Urban Geography.

RESUMO

O objetivo deste artigo é resgatar o tema das teorias locacionais e assim contribuir para o debate na Geografia, debate este um tanto esquecido atualmente. Destacamos as principais tendências do enfoque locacional: neoclássico, comportamental, sistêmico e marxista. Além disso, abordamos algumas perspectivas atuais, não só na Geografia, como também na Administração, Economia e Sociologia. Nota-se que as abordagens caminham de um pensamento mais abstrato e generalizante, passando por uma consideração dos problemas sociais até um olhar mais regional e focado no paradigma do capitalismo informacional.

Palavras-Chave: Teorias Locacionais; Capitalismo Contemporâneo; Geografia Urbana.

ABSTRACT

The purpose of this article is to rediscuss locational theory and contribute to this debate in Geography, especially considering that it is not so discussed recently. We selected five tendencies in locational theory: neoclassic, behavioral, systemic and Marxist. Beyond that, we debate some recent perspectives, not only in Geography, but also in Administration